

TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - MAIO - 2013
ANO 19 - NÚMERO 182

Direito de ser mãe

A lei garante às presas grávidas ou com filhos recém-nascidos o direito à maternidade, com uma rotina comum à de qualquer mãe: cuidar do filho, amamentá-lo, dar banho, levar para tomar sol e ninar. Mas elas vivenciam essa experiência tão marcante da vida privadas da liberdade, vivendo em um centro de referência com os bebês. Em Vespasiano (foto), as mulheres presas em regime fechado aguardam o momento do parto e cuidam de seus bebês nos primeiros meses após o nascimento.

Páginas 4 e 5

Maternidade incentiva mudança de vida

No mês dedicado às mães e à maternidade, o *TJMG Informativo* mostra uma face da maternidade desconhecida por muitos: aquela vivida pelas mulheres presas. Cumprindo pena em regime fechado, elas chegam ao Centro de Referência a Gestantes Privadas de Liberdade, em Vespasiano, aos sete meses de gravidez e ali permanecem com a criança até que ela complete um ano de vida. Depois desse período, voltam para os presídios convencionais, se ainda têm pena a cumprir.

Na matéria de páginas centrais, acompanhe a rotina dessas mulheres, nesse tempo em que elas podem dedicar-se inteiramente à maternidade, suas descobertas, angústias e expectativas. Embora a incerteza em relação ao futuro ocupe espaço no coração e no pensamento dessas mães, a vida que brota de seus filhos é um sinal de que é possível ter esperança e escrever uma história diferente.

Veja ainda a matéria com a cobertura do 62º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais

dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), realizado em 11 e 12 de abril, em Ouro Preto. Além de temas de interesse das corregedorias, os participantes debateram mudanças no estatuto da entidade. A sustentabilidade ambiental ganhou destaque no encontro, cujas peças de papelaria foram confeccionadas com material reciclado.

Confira também a entrevista com o juiz auxiliar da Presidência do TJMG Nicolau Lupianhes Neto. Apaixonado pela carreira, ele fala de sua experiência no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dos desafios do Judiciário mineiro.

Conheça ainda o projeto Servidores no Palácio, coordenado pela Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), que busca divulgar a história da instituição por meio de visitas guiadas às dependências do Palácio da Justiça.

Boa leitura!

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

Expediente

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Coordenadora de Imprensa:

Letícia Lima

Editoras:

Francis Rose e Patrícia Melillo

Revisor:

Waldir Barcelos

Design Gráfico:

Shirley Moraes

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br



TJMG tem novos magistrados

Uma equipe de profissionais para atender ao cidadão e um incremento para que a resposta da Justiça se torne mais rápida: eis o que significa, na prática, a posse, em 5 de abril, dos 96 juízes aprovados no concurso para ingresso na magistratura realizado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). Os novos magistrados, três dias após a posse, assumiram a função de juízes de direito substitutos, em diversas comarcas do Estado. Discursando aos novos colegas, o presidente do TJMG, desembargador Herculano Rodrigues, destacou que é fundamental “confiar na justiça como uma das mais nobres virtudes e no Judiciário como instituição capaz de promover a paz social, fortalecer a sociedade e o Estado Democrático de Direito”.

Projeto aproxima servidor da história do Judiciário



Renata Caldeira

Interessados em participar da visita guiada, às terças e às quintas-feiras, devem se inscrever antecipadamente por e-mail e aguardar confirmação da equipe da Mejud

Leilane Stauffer

Integrar a realidade do servidor ao contexto histórico e cultural do trabalho. Essa é a proposta da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) com o projeto Servidores no Palácio. Funcionários da Primeira e da Segunda Instância da Justiça mineira podem conhecer, por meio de uma visita guiada, o Palácio da Justiça, prédio inaugurado em 1912 e tombado, em 1977, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha).

A ideia partiu da percepção do servidor da Mejud e organizador do projeto, Alexandre Garcia. Segundo ele, havia a necessidade de criar uma proposta que incluísse os servidores na história do Poder Judiciário, já que 95% deles não conhecem o Palácio da Justiça. “Muitos conservam a ideia de que o Palácio é um lugar inacessível. Acreditam que é um espaço que reúne apenas peças antigas e desconhecem a rotina e os projetos do local”, afirma o servidor. Por outro lado, cerca de 30 mil pessoas visitam o local anualmente.

Muitos conservam a ideia de que o Palácio é um lugar inacessível. Acreditam que é um espaço que reúne apenas peças antigas e desconhecem a rotina e os projetos do local

O olhar para a inclusão também é uma preocupação do projeto. De acordo com a assessora da Mejud, Andréa Vanessa da Costa Val, materiais em braile serão distribuídos às pessoas com deficiência visual com descrições de objetos que serão mostrados na visita. Alguns deles, inclusive, poderão ser tocados. O acesso de cadeirantes se dará pelas rampas no interior do Palácio.

Entre várias peças de acervo, que registram características da Justiça mineira, e de uma linha do tempo que expõe fatos históricos do Judiciário, são realizados diariamente audiências e julgamentos. Andréa considera o Palácio como um “museu vivo, onde a história acontece a todo o momento”.

O superintendente da Mejud, desembargador

Lúcio Urbano Silva Martins, analisa de que maneira o projeto irá colaborar para a divulgação e conservação da história do Judiciário: “As visitas oferecem a visualização desse passado, através de peças do Judiciário de ontem, processos famosos, retratos, medalhas. Acima de tudo, preservam a memória intelectual dos magistrados e servidores”.

Visitas

As visitas serão realizadas às terças, às 9h, e às quintas-feiras, às 15h, mediante inscrição, que deve ser feita pelo e-mail mejud@tjmg.jus.br. O interessado deve aguardar a confirmação da equipe da Mejud. Cada visita será guiada por funcionários da Memória do Judiciário Mineiro, que apresentarão o espaço a 20 servidores, durante uma hora.

O roteiro apresenta as dependências do Palácio da Justiça que abrangem o Salão do Órgão Especial, Salão Nobre, salas de julgamento, sala do Barão do Rio Branco e sala da Memória do Judiciário. O projeto Servidores no Palácio será uma ação permanente, que integra as ações de comemoração dos 25 anos da Memória do Judiciário.

Mulheres presas têm direito à maternidade ga

Daniele Hostalácio

A gravidez foi planejada e era um sonho do companheiro. Por isso, foi com alegria que G.G.P.S. recebeu a notícia de que estava grávida. Começaria, ali, um período especialmente feliz em sua vida, tão comum a tantas gestantes: imaginar como será o bebê que está a caminho, preparar o quarto da criança, comprar roupinhas, contar com a presença do pai do bebê no momento do parto.

Para G., entretanto, todos esses planos foram sepultados, de uma só vez, no dia em que foi presa por tráfico de drogas, na BR-040, com o companheiro. Estava com três meses de gestação quando foi parar atrás das grades, a vários quilômetros de casa. A reviravolta nos planos provocou nela um choque: passou toda a gravidez presa e em tal condição teve o filho, cinco meses atrás. Nenhum familiar estava por perto quando a levaram ao hospital, e não há também nenhum agora que ela cuida do bebê, dentro de um presídio.

No mês dedicado às mães, a história de G. revela um aspecto do encarceramento ao qual os olhares da sociedade não têm acesso: o drama das presas grávi-

das. Muitas são assombradas pelo medo de perder a guarda da criança, apesar de a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 11.942, de 2009, garantirem à mulher os direitos sociais de proteção à maternidade e de permanência com o filho durante o período de amamentação. Nem todos os estados, porém, possuem presídios com condições de abrigar mães e filhos. Por isso, muitas têm de entregar o recém-nascido a um guardião, ou, na falta de alguém que se responsabilize pela guarda, encaminhar o bebê para um abrigo.

Dor da separação

Esse medo gera um drama adicional à dura realidade de estar presa: “Há uma fragilidade maior nas mulheres no período da gravidez. Elas estão mais sensíveis e, no ambiente prisional, tudo é agravado”, reconhece a psicóloga Diana Mara, do Centro de Referência a Gestantes Privadas de Liberdade. Localizado em Vespasiano, o espaço abriga mulheres grávidas que cumprem pena, em regime fechado, em Minas Ge-

rais. Elas chegam ao local com cerca de sete meses de gravidez e ali permanecem com o filho, até que a criança complete um ano de vida. Depois desse período, voltam para os presídios convencionais, se ainda têm pena a cumprir.

No contato com as presas, Diana verifica que a principal angústia dessas mães é a possibilidade de separar-se dos filhos, embora a situação em Minas seja privilegiada em relação a outros estados brasileiros, que sequer possibilitam essa convivência após o nascimento do bebê. A iniciativa do espaço é inovadora (o centro é o primeiro no gênero, na América Latina) e oferece um aparato para dar suporte a essas mulheres, o que inclui uma equipe multidisciplinar, composta por assistente social, psicólogo, enfermeiro, pedagogo e médico clínico. Hoje, encontram-se ali 56 presas, com idades entre 18 e 37 anos.

“O que tentamos fazer é humanizar ao máximo o tempo delas aqui”, declara a diretora do presídio, Margarete Rodrigues Moreira. Em vez de celas com grades, dormitórios com cinco ou seis camas, ladeadas por berços, e uma rotina que, não fossem os muros



Os bebês levam ternura e leveza para a dura realidade das mulheres que cumprem pena em regime fechado em Minas Gerais



Em vez de celas, o centro tem camas e berços

o rantedo

altos, as cercas elétricas, os uniformes e os guardas armados nos portões, não seria muito diferente daquela de uma mãe em liberdade: acordar, amamentar o bebê, banhá-lo, levá-lo para tomar sol, niná-lo.

Para muitas presas, esse período no Centro de Referência acaba sendo uma oportunidade de finalmente aprender a ser mãe. “Muitas, lá fora, eram usuárias de drogas e já tiveram vários filhos, mas nunca cuidaram deles. Aqui, elas têm essa chance”, acrescenta Diana. A experiência mescla sentimentos de sofrimento e alegria: estão presas, mas o filho está nascendo. Mesmo as que rejeitam o bebê, ao longo de toda a gestação, acabam sendo transformadas pela chegada da criança. “Já vi presa bater a barriga na parede, dizendo que não queria aquele filho. E aí a criança nasce e muda tudo”, conta a diretora do centro.

Esse tempo de convivência, que favorece o laço afetivo entre mãe e filho, é um dos aspectos mais trabalhados junto às presas. “Elas não têm o direito de ir e vir, estão privadas de liberdade, mas outros direitos delas precisam ser assegurados, como o de amamentar o filho”, observa o desembargador Herbert Carneiro, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Garantir esse direito, explica o magistrado, é um dos grandes desafios impostos à sociedade brasileira, com o aumento da população carcerária feminina – o número de mulheres presas quase triplicou em uma década. Em cerca de 80% dos casos, são jovens envolvidas com o tráfico de drogas.

Frustrações diárias

Vivenciar a maternidade, dentro de um presídio, tem sido um exercício diário de frustrações para J.A.P., que foi presa já no oitavo mês de gestação. “Vivi aqui, até agora, duas etapas bem diferentes. A primeira foi mais tranquila, porque meu filho ainda estava dentro da minha barriga, protegido. A segunda está sendo mais difícil, vem a depressão. Meu filho está fora do meu corpo, tenho medo do que pode acontecer com ele”, diz.

Na prisão, J. se ressentido de várias coisas: “Não sou eu que faço a comida do meu filho, ele não dorme no quartinho dele, minha família não está aqui”, lamenta. Como ainda não foi sentenciada, ela sonha

“Estar presa é doloroso, mas seria mais triste ainda se eu não pudesse cuidar do bebê neste momento”

poder ir embora para casa com Arthur, de oito meses, nos braços. Se isso não ocorrer, a criança será cuidada pela avó materna. “Estar presa é doloroso, mas seria mais triste ainda se eu não pudesse cuidar dele neste momento”, reconhece.

A casa da avó materna também será o destino do filho de G., dependendo da sentença que ela receber. Como existe a possibilidade de ela precisar se separar do filho, a presa sofre antecipadamente de saudade. “Evito pensar nisso, pois vou sentir muita falta dele. Até porque, se uma palavra pudesse resumir o tempo em que

passamos na prisão, essa palavra seria saudade; saudade de tudo”, diz.

Há quem questione o direito de as presas cuidarem dos filhos, sob o argumento de que as crianças acabam encarceradas com as mães, durante o primeiro ano de vida. Mas, avaliam outros, não há nada que possa ser mais valioso para esses meninos e meninas do que o amor materno, nesse início delicado de vida. O destino de cada uma dessas presas, quando saírem da prisão, é incerto, como é o de todo ser humano. Inúmeras variáveis determinam a possibilidade de reincidência no crime. Mas, enquanto cuidam de seus filhos, muitas se alimentam interiormente deles: os bebês são mananciais de esperança e nutrem nelas o desejo de recomeçar uma nova vida lá fora.



Fotos: Renata Caldera

■ As presas têm uma rotina como a de várias mães: amamentam, dão banho, levam para tomar sol e ninam seus bebês



■ Para Nicolau Lupianhes Neto, que foi juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, o TJMG tem o desafio de administrar uma grande estrutura, com 296 comarcas no Estado

Experiência no CNJ marca atuação de magistrado

Ione Bernadete

Convicto de que escolheu a carreira certa, o juiz auxiliar da Presidência do TJMG Nicolau Lupianhes Neto, natural de São José do Rio Pardo (SP), assumiu a magistratura em Minas, em março de 1996, e, desde então, atuou em várias comarcas mineiras, até chegar à 5ª Vara Cível de Poços de Caldas, onde, atualmente, é juiz titular. No período de 2009 a 2012, foi juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, requisitado, primeiramente, pelo ministro Gilson Dipp e, após sua gestão, pela ministra Eliana Calmon, até setembro de 2012. Em seguida, foi designado para auxiliar a atual Presidência do TJ nos trabalhos da superintendência administrativa, mais especificamente para interagir com os poderes e as instituições públicas e privadas nos assuntos de interesse do Poder Judiciário. Nicolau Lupianhes é casado e tem três filhos.

TJMG Informativo – Que experiências o senhor traz de sua atuação como juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o Judiciário de Minas? Essas experiências contribuíram também, de alguma forma, para sua carreira como magistrado?

Nicolau Lupianhes Neto – Considerando o número de magistrados do Brasil, recebi o convite como uma honra e distinção muito grandes. A experiência mais positiva do trabalho no CNJ foi conhecer o Poder Judiciário nacional e ter a oportunidade de aprender trabalhando com grandes magistrados. Percebendo as peculiaridades de cada tribunal do país, pode-se ficar por dentro das deficiências e das boas práticas de cada um e, com isso, fazer um filtro para disseminar as boas experiências. Participei de várias atividades, como, por exemplo, as relacionadas a questões carcerárias, ao sistema de cadastro da infância e da juventude, e de vários outros projetos do CNJ. Com tudo que vi e aprendi, acredito que posso ser útil ao TJ e aos colegas.

Qual é a sua avaliação do papel do CNJ?

Diante da pluralidade de tribunais e da singularidade de cada um, tenho a plena convicção de que o CNJ é necessário para ajudar, orientar, traçar atos norma-

tivos e projetos para um Judiciário cada vez melhor. E também para exercer um controle, quando necessário, dos tribunais que, por um motivo ou outro, não estejam atendendo às expectativas do jurisdicionado. O grande

A administração tem que estabelecer prioridades para manter o Tribunal no seu lugar de destaque no cenário nacional, e para continuar prestando a jurisdição a tempo e modo

papel do CNJ é poder auxiliar a justiça brasileira por meio de suas ações, programas e projetos.

O que o senhor destacaria como dificuldade do Judiciário de Minas hoje?

As grandes dificuldades do Judiciário de Minas são a sua dimensão territorial e a singularidade de cada região. Somos um Tribunal com 296 comarcas, uma grande estrutura a ser administrada, e nem sempre o TJ tem os meios materiais para dar conta de todas as suas necessidades. Dessa forma, a administração tem que estabelecer prioridades para manter o Tribunal no seu lugar de destaque no cenário nacional, e para continuar prestando a jurisdição a tempo e modo, o que, na verdade, é a função primeira do Tribunal.

O seu trabalho como juiz auxiliar é de interação com os outros poderes e instituições públicas e privadas. Como é feito esse trabalho?

Esse trabalho é uma experiência muito valorosa, de extrema responsabilidade, sempre buscando alcançar os melhores resultados para o Poder Judiciário mineiro. A oportunidade de convivência com agentes de outros órgãos é enriquecedora, pois propicia um maior conhecimento das estruturas parceiras do TJMG e também nos obriga a conhecer melhor o Tribunal e suas necessidades.

Encontro de corregedores discute papel da Justiça

Raul Machado e Marcelo Almeida

A grande procura da população pelo Poder Judiciário mostra que a sociedade crê na Justiça brasileira. Essa é a conclusão da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e membro do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha. “É por acreditar, que se vai a juízo”, disse na palestra de encerramento do 62º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge). O evento foi realizado em Ouro Preto, em 11 e 12 de abril. A ministra destacou ainda que a atuação das corregedorias-gerais é essencial no processo de transformação da Justiça.

O evento em Ouro Preto reuniu corregedores-gerais de Justiça de 23 estados e do Distrito Federal e foi presidido pelo corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador Luiz Audebert Delage Filho, que assumiu a presidência do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos

Tribunais de Justiça do Brasil (Ccoge) pelo período de um ano. Participaram do encontro o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Herculano Rodrigues, o 2º vice-presidente do TJ, desembargador José Antonino Baía Borges, a vice-corregedora-geral de Justiça, desembargadora Vanessa Verdolim Hudson Andrade, entre outras autoridades do Judiciário.

Palestras

Ética, o relacionamento entre as entidades de classe, a regularização fundiária urbana e o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro permearam as principais discussões do evento.

Em sua palestra, o presidente do Ccoge, desembargador Audebert Delage, destacou as funções de orientação, fiscalização e disciplinamento das corregedorias, que zelam pelo bom funcionamento do Judiciário, reafirmando os pro-

pósitos do Colégio de Corregedores. O magistrado destacou ainda a importância da troca de experiências entre as corregedorias de todo o Brasil.

Interferências

O presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Henrique Nelson Calandra, proferiu a palestra “As Associações de Magistrados e as Corregedorias”. Ele defendeu a “perfeita atuação” das corregedorias a fim de evitar interferências externas e a necessidade de se respeitar as regionalidades do Brasil quando da edição de normas de âmbito nacional.

Para o corregedor-geral de Justiça de São Paulo, desembargador José Renato Naline, o mundo vive uma época de várias crises. “Para achar uma saída, é preciso ampliar a capacidade de ouvir, de refletir. Buscar dentro de si a lei moral, que servirá como uma bússola”, sintetizou em sua palestra.

Outro tema discutido no encontro foi a regularização fundiária urbana, debatida pelo oficial titular do cartório do 4º Registro de Imóveis de Belo Horizonte, Francisco José Resende dos Santos. Ele destacou a complexidade da legislação existente e citou exemplos positivos de normas, expedidas por corregedorias-gerais de Justiça, que auxiliam na execução do processo de regularização.

A realização do Encoge comprova o interesse e o empenho dos corregedores do país para o aperfeiçoamento das corregedorias e, portanto, do nosso Poder Judiciário



Marcelo Albert

Evento em Ouro Preto reuniu corregedores-gerais de Justiça de 23 estados e do Distrito Federal para o debate de diversos temas



Um dos países mais ao norte do planeta, a Noruega ocupa uma área de 323.877 km², com uma população de 4,7 milhões de habitantes apaixonados pela natureza que os circunda. A aurora boreal é um fenômeno ótico composto por um brilho observado nos céus noturnos, nas regiões polares, em decorrência do impacto de partículas de vento solar e a poeira espacial encontrada na Via Láctea com a alta atmosfera da Terra, canalizadas pelo campo magnético terrestre. A aurora boreal ocorre com maior frequência no final do outono e no início da primavera. Assistir ao fenômeno é uma experiência mística e inesquecível. Na noite em que esta imagem foi feita, a aurora boreal atingiu o nível 7,5 (numa escala de 1 a 10), o maior registrado em 2013.

Marta Leandro - Secretária de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária (Sepad)

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br

INSTITUCIONAL

Tribunal divulga campanha de saúde da mulher

O TJMG é um dos parceiros na divulgação, entre suas servidoras, da 1ª Campanha de Mamografias – Saúde & Mulher. A campanha é uma realização da Prefeitura de Minas Gerais e da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de informar e incentivar as mulheres a realizarem a mamografia e prevenir o câncer

de mama. Por meio da campanha, serão realizadas gratuitamente 800 mamografias, pela rede do Sistema Único de Saúde (SUS), para mulheres entre 45 e 69 anos que se inscreverem. O cadastro para participar deve ser preenchido até 14 de junho, pessoalmente. As interessadas precisam residir em Belo Horizonte. Para fazer a inscrição,

são necessários a carteira de identidade e um comprovante de endereço. O cadastro pode ser feito na Defensoria Pública de Minas Gerais (rua Bernardo Guimarães, 2.640, Santo Agostinho) ou na Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência de BH (avenida Amazonas, 558, Centro). Informações: (31) 3270-3269.